

**PROTOCOLO ENTRE A FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN E A  
ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DOS DIABÉTICOS DE PORTUGAL**

**DESAFIO GULBENKIAN “NÃO À DIABETES!”**

Entre


**FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN**, pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública, com sede na Av. de Berna, 45-A, 1067-001 Lisboa, Pessoa Coletiva n.º 500 745 684, cujos estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 40690, de 18 de Julho de 1956, neste ato representada pelo Presidente do Conselho de Administração, Artur Santos Silva, pela Administradora Isabel Mota, doravante designada por FUNDAÇÃO,

E

**ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DOS DIABÉTICOS DE PORTUGAL**, com sede na Rua Rodrigo da Fonseca nº 1, 1250-189 Lisboa, Pessoa Coletiva n.º 500851875, neste ato representada pelo seu Presidente Luís Gardete Correia, doravante designada APDP.

**Considerando que:**

1. A FUNDAÇÃO e a APDP reconhecem a importância para o País dos objetivos para a Diabetes identificados no Relatório “Um Futuro para a Saúde – *Todos Temos Um Papel a Desempenhar*”, e cuja abordagem será concretizada através do Desafio Gulbenkian “Não à Diabetes!”.
2. O Desafio Gulbenkian “Não à Diabetes!” tem como objetivos principais:
  - i. Prevenir – Evitar que 50 mil indivíduos com elevado risco (pré-diabetes) desenvolvam a doença no prazo de 5 anos, intervindo através de um plano de prevenção dirigido à promoção da saúde e da adoção de estilos de vida saudáveis (alimentação e exercício físico).
  - ii. Identificar – Identificar, no mesmo período de 5 anos, 50 mil pessoas com diabetes que desconhecem ser portadores da doença, promovendo a sua inclusão no Sistema Nacional de Saúde, com isso promovendo o apropriado controlo e acompanhamento das manifestações da doença e reduzindo as suas complicações.
3. O Desafio Gulbenkian “Não à Diabetes!”:
  - i. É um projeto de âmbito nacional, pretendendo, no termo da intervenção, ter envolvido 160 municípios, que representam cerca de 80% do total da população adulta.
  - ii. Inicia-se, numa fase experimental, em municípios de 3 regiões (Grande Lisboa, Alto Trás os Montes e Frente Atlântica); a que se seguirão os demais, de forma periódica e continuada.

- 
- iii. Pretende identificar, em 25% do total de população adulta (20-79 anos) de cada Município participante, os indivíduos potencialmente com diabetes e pré-diabetes, através da aplicação do questionário de avaliação de risco FINDRISK (em suporte digital ou papel), e encaminhando-os para o Centro de Saúde onde se encontram inscritos, para confirmação laboratorial e para iniciarem programas específicos de educação para a saúde ou de tratamento, consoante o caso.

É celebrado e livremente estabelecido o presente Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

### **Cláusula Primeira (Objetivo)**

Pelo presente protocolo as Partes comprometem-se a cooperar para concretizar os objetivos do Desafio Gulbenkian “Não à Diabetes!” e os ganhos em saúde que lhe estão associados.

### **Cláusula Segunda (Obrigações da Fundação)**

1. A FUNDAÇÃO coordenará o projeto, nomeadamente articulando os parceiros aderentes, públicos e privados entre si e com a APDP e o Programa Nacional para a Diabetes, bem como acompanhando a implementação do projeto, mediante a apreciação dos relatórios previstos e através de eventuais ações de monitorização e/ou controlo, por si ou entidade externa a contratar.
2. A FUNDAÇÃO atribuirá à APDP um financiamento no valor total de €1.210.000,00 (um milhão duzentos e dez mil euros) nos 5 anos de duração do projeto, de acordo com o orçamento em anexo, que será desembolsado da seguinte forma:
  - a. €150.000,00 (cento e cinquenta mil euros) após a assinatura deste protocolo, e confirmados os NIF e NIB para a transferência bancária.
  - b. €120.000,00 (cento e vinte mil euros) após a entrega e aprovação dos relatórios de execução e avaliação do 1º semestre do projeto nos anos 1º, 2º, 3º e 4º.
  - c. €120.000,00 (cento e vinte mil euros) após a entrega e aprovação dos relatórios de execução e avaliação do 2º semestre do projeto nos anos 1º, 2º, 3º e 4º.
  - d. €50.000,00 (cinquenta mil euros) após a entrega e aprovação dos relatórios de execução e avaliação do projeto no 5º ano.
  - e. €50.000,00 (cinquenta mil euros) após a entrega dos relatórios finais de execução.



m  
E  
ju

**Cláusula Terceira**  
**(Obrigações da APDP)**

1. A APDP está na base da concepção do modelo de intervenção e será o parceiro para a sua implementação.
2. Caberão à APDP, no âmbito deste projeto, as seguintes responsabilidades:
  - i. Concepção e Coordenação Operacional do Projeto
  - ii. Gestão e Coordenação dos Programas de Formação
  - iii. Gestão e Coordenação dos Programas Educativos
  - iv. Gestão da Informação e Comunicação do Projeto
3. As tarefas específicas a realizar pela APDP estão descritas em anexo, e fazem parte integrante do presente Protocolo.
4. A APDP deverá promover ativamente a divulgação do Projeto, devendo a FUNDAÇÃO ser explicitamente referida em quaisquer documentos, publicações ou comunicações relativas ao mesmo, bem como a aposição do logótipo do Desafio Gulbenkian "Não à Diabates!".
5. A APDP aceita e autoriza quaisquer ações de monitorização e/ou controlo da execução do Projeto pela FCG ou entidade externa a contratar.

**Cláusula Quarta**  
**(Avaliação)**

1. A Fundação fará uma avaliação do modelo de intervenção e da respetiva gestão 18 meses após o seu início, reservando-se o direito de rever unilateralmente as condições subjacentes ao presente protocolo bem como o financiamento atribuído.
2. No final do projeto, a Fundação fará uma avaliação de impacto que poderá se executada por uma entidade externa.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a APDP deverá apresentar à FUNDAÇÃO um relatório de execução semestral (a ser enviado em Dezembro e em Junho de cada ano), com as componentes técnica e financeira, acompanhado de cópia dos documentos justificativos da realização e pagamento das despesas elegíveis.
4. O relatório semestral deverá dar conta das atividades realizadas, dos principais indicadores e dos resultados alcançados, na linha das tarefas e responsabilidades atribuídas à APDP.

**Cláusula Quinta**  
**(Duração e denúncia)**

1. O presente Protocolo vigorará pelo período de duração do Projeto, ou seja, por cinco anos após a sua assinatura, podendo no entanto ser livremente denunciado pela Fundação por incumprimento das obrigações assumidas pela APDP ou em função de uma apreciação negativa das avaliações previstas na Cláusula Quarta.

2. Em caso de incumprimento da APDP, esta terá de devolver à Fundação os montantes entretanto recebidos para os quais não apresente justificação.
3. A prestação de falsas declarações ou a desistência da APDP equivalem a incumprimento.

Este Protocolo foi feito em duplicado e depois de lido e achado conforme, vai ser assinado por ambas as Partes, ficando um exemplar em poder de cada uma.

Isento de Imposto de Selo nos termos da alínea c) d artigo 6.º do Código do Imposto de Selo.

Pelo Conselho de Administração  
da Fundação



(Artur Santos Silva)

Pela Associação Protectora dos  
Diabéticos de Portugal



(Luís Gardete Correia)



(Isabel Mota)